

Victor Chebli de Castro

LAVAGEM DE DINHEIRO E CRIPTOMOEDAS

Uma análise da causa de aumento
de pena referente à utilização de
criptoativos à luz da Constituição
Federal e dos novos desafios à
intervenção penal

Prefácio

Ademar Borges

Área específica

DIREITO CONSTITUCIONAL OU DIREITO PENAL.

Áreas afins do livro

DIREITO PENAL ECONÔMICO E SUA INTERFACE
COM O DIREITO CONSTITUCIONAL.

Palavras-chave

LAVAGEM DE DINHEIRO; BITCOIN; CAUSA DE
AUMENTO DE PENA; REGULAMENTAÇÃO;
PROPORCIONALIDADE.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 3446



LAVAGEM DE DINHEIRO E CRIPTOMOEDAS

Uma análise da causa de aumento
de pena referente à utilização de
criptoativos à luz da Constituição Federal
e dos novos desafios à intervenção penal

Victor Chebli de Castro

Prefácio **Ademar Borges**

FORUM

Lavagem de dinheiro e criptomoedas: uma análise da causa de aumento de pena referente à utilização de criptoativos à luz da Constituição Federal e dos novos desafios à intervenção penal examina a utilização dos criptoativos, especialmente dos Bitcoins, enquanto mecanismos destinados à prática do crime de lavagem de dinheiro, bem como analisa se a inclusão da figura dos ativos virtuais à causa de aumento de pena do artigo 1º, §4º, da Lei nº 9.613/1998, promovida pela Lei nº 14.478/2022, afigurou-se compatível com a Constituição. Ao final, conclui que a alteração ao artigo 1º, §4º, da Lei nº 9.613/1998, promovida pela Lei nº 14.478/2022, ocasionou restrição desproporcional aos direitos fundamentais dos infratores, devendo ser empregada a alternativa da realização de uma interpretação do dispositivo conforme a Constituição, a fim de preservar a sua vigência no ordenamento jurídico. Assim, a obra se propõe a realizar um controle de constitucionalidade da nova causa de aumento e, ainda, a construir um caminho intermediário capaz de contornar a declaração de inconstitucionalidade do dispositivo e, simultaneamente, mantê-lo compatível com a Constituição Federal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C3551 Castro, Victor Chebli de
Lavagem de dinheiro e criptomoedas: uma análise da causa de aumento de pena referente à utilização de criptoativos à luz da Constituição Federal e dos novos desafios à intervenção penal / Victor Chebli de Castro. Belo Horizonte: Fórum, 2024.
194p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-812-7

ISBN digital 978-65-5518-815-8

1. Lavagem de dinheiro. 2. Bitcoin. 3. Causa de aumento de pena. 4. Regulamentação. 5. Proporcionalidade. I. Título.

CDD: 344.032

CDU: 343.271

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CASTRO, Victor Chebli de. *Lavagem de dinheiro e criptomoedas: uma análise da causa de aumento de pena referente à utilização de criptoativos à luz da Constituição Federal e dos novos desafios à intervenção penal*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 194p. ISBN 978-65-5518-812-7.

Victor Chebli de Castro

Advogado. Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP/DF). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal e em Direito Administrativo Sancionador.

PREFÁCIO	
Ademar Borges	9
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
BITCOIN A NOVA ERA DA ECONOMIA MODERNA	21
1.1 A evolução histórica das criptomoedas.....	23
1.2 O papel ocupado pelos Bitcoins no mundo moderno.....	29
1.3 Bitcoins e os seus atributos.....	35
1.4 Síntese do capítulo.....	40
CAPÍTULO 2	
BITCOIN × LAVAGEM DE DINHEIRO	43
2.1 Lavagem de dinheiro	46
2.1.1 O bem jurídico tutelado e a importância de sua proteção.....	47
2.1.2 Uma análise geral sobre o tipo penal de lavagem	56
2.1.3 As fases do delito de lavagem.....	63
2.2 O uso dos Bitcoins como meio para a prática de lavagem	67
2.3 Síntese do capítulo.....	81
CAPÍTULO 3	
A REGULAMENTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS NO BRASIL E O DIREITO PENAL MODERNO.....	83
3.1 A evolução das tentativas de regulamentação das criptomoedas no Brasil	84
3.1.1 O Projeto de Lei nº 2.234/2021 e a Lei nº 14.478/2022	88
3.1.2 Uma breve análise crítica geral.....	92
3.1.3 Um apontamento específico sobre a Lei nº 14.478/2022: a regulamentação das transferências de ativos entre carteiras privadas.....	96
3.2 O Direito Penal moderno à luz da Constituição Federal	104
3.2.1 O contexto da sociedade de risco	106
3.2.2 O dever constitucional de tutela dos bens jurídicos.....	110
CAPÍTULO 4	
A NECESSIDADE DE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE DA ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º, §4º, DA LEI Nº 9.613/1998, À LUZ DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA.....	117
4.1 A proporcionalidade como critério para a aferição da constitucionalidade das leis penais.....	117
4.1.1 O princípio da proporcionalidade e a sua dupla face	123
4.2 A restrição (des)proporcional aos direitos fundamentais desencadeada pela alteração do artigo 1º, §4º, da Lei nº 9.613/1998.....	128
4.3 Solução intermediária: a aplicação da interpretação conforme a constituição.....	148
4.4 Consideração crítica: proposta de solução prévia para situações semelhantes	160
CONCLUSÃO	171
REFERÊNCIAS.....	181